

EDUCAÇÃO ORQUESTRA

Memórias de Uma
Professora Universitária

AUTORIA

GABRIELA NEVES DELGADO

UNB[®]

EDUCAÇÃO ORQUESTRA

Memórias de Uma
Professora Universitária



*Memorial de Cátedra
da Primeira Professora
Titular da Faculdade
de Direito da UnB*



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Abril, 2024

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: DANILO REBELLO
Impressão: LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA

Versão impressa — LTr 6447.8 — ISBN 978-65-5883-300-0
Versão digital — LTr 9913.0 — ISBN 978-65-5883-301-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Gabriela Neves

Educação orquestrada [livro eletrônico] : memórias de
uma professora universitária / Gabriela Neves Delgado —
São Paulo : LTr, 2024.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-5883-301-7

1. Direito do trabalho — Brasil 2. Educação superior
3. Professores universitários — Autobiografia 4. Relatos de
experiências I. Título.

24-201443

CDU-34:331:377.8 (092)

Índice para catálogo sistemático:

1. Professores : Autobiografia : Direito do Trabalho
34:331:377.8 (092)

Cibele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

A cada manhã, nascemos em nós mesmos e uns pelos outros.

Para *Lucilia de Almeida Neves Delgado*, minha mãe-professora, e
Mauricio José Godinho Delgado, meu pai-professor,
com profundo amor e gratidão.

Para *Francisco Neves Delgado Bandeira* e
Isabela Neves Delgado Bandeira, meus filhos,
com os olhos preenchidos de gratidão por recebê-los em vida.
Sempre, com todo o amor que vive em mim.

SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA	11
APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO – SOMOS FEITOS DE HISTÓRIAS	21
I. Projetar Futuros	21
II. Práticas da Educação Orquestrada	28
III. Panorama	35
CAPÍTULO I – DOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES AO ENSINO MÉDIO	41
1.1. Ancestralidade.....	41
1.2. Família Nuclear	44
1.3. Memórias da Infância	48
1.4. Mundo Letrado.....	53
1.5. Ensino Médio	57
1.6. Par de Asas	59
1.7. O Futuro era Logo Ali	62
CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA	64
2.1. Graduação em Direito: entre livros e dicionários.....	64
2.2. Iniciação Científica.....	68
2.3. Mestrado em Direito do Trabalho	80
2.4. Dissertação de Mestrado.....	84

2.5. Doutorado em Filosofia do Direito	92
2.6. Pós-Doutorado em Sociologia do Trabalho.....	100
2.7. Pós-Doutorado em Desigualdades Globais e Justiça Social	103
2.8. Formação Complementar.....	104
CAPÍTULO III – A DOCÊNCIA EM MINAS GERAIS	108
3.1. Trilhas Universitárias.....	108
3.1.1. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.....	109
3.1.2. Faculdade de Direito Milton Campos – FDMC	112
3.1.3. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	113
CAPÍTULO IV – A DOCÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB	123
4.1. O Concurso Público para Professora de Direito do Trabalho.....	123
4.2. Viver Brasília.....	129
4.3. Viver a UnB: a tessitura de novos repertórios.....	132
4.4. A Trilha Universitária na UnB: esclarecimentos preliminares	138
4.5. Atividades de Ensino	138
4.5.1. Atividades de Ensino no Nível de Graduação.....	138
4.5.2. O Credenciamento no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito	153
4.5.3. Atividades de Ensino no Nível de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	162
4.6. Atividades de Orientação	171
4.6.1. Orientação: relação tecida fio a fio	171
4.6.2. Atividades de Orientação no Nível de Graduação.....	177
4.6.3. Atividades de Orientação em Nível de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização).....	181
4.6.4. Atividades de Orientação em Nível de Mestrado.....	187
4.6.5. Atividades de Orientação em Nível de Doutorado.....	214
4.6.6. Atividades de Orientação em Nível de Pós-Doutorado.....	222

4.7. Atividades de Pesquisa	223
4.7.1. Produção Acadêmica.....	223
A) A Dimensão das Pesquisas em Direito Constitucional do Trabalho ...	224
B) A Dimensão das Pesquisas em Direitos Humanos Trabalhistas ...	229
C) A Dimensão das Pesquisas em Direito Individual do Trabalho ...	233
4.7.2. Um Tributo ao Prof. Dr. Mauricio Godinho Delgado.....	235
4.7.3. Repercussões da Produção Acadêmica na Jurisprudência do STF e do TST.....	236
4.7.4. Breve Adendo – A Escrita na Literatura Infantil.....	239
4.7.5. Conferências, Seminários e Palestras.....	240
4.7.6. Coordenação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Liderança de Grupo de Pesquisa.....	244
4.7.7. Captação de Recursos para Pesquisa	246
4.7.8. Organização de Cursos e Eventos.....	246
4.7.9. Coordenação de Projetos e Atividades de Extensão.....	249
4.7.10. Participação em Bancas Acadêmicas	254
4.7.11. Recebimento de Comendas e Premiações Advindas do Exercício de Atividades Acadêmicas	256
4.7.12. Participação em Atividades Editoriais e/ou Arbitragem de Produção Intelectual e/ou Artística	260
4.7.13. Assessoria, Consultoria ou Participação em Órgãos de Fomento à Pesquisa, ao Ensino ou à Extensão.....	260
4.8. Atividades de Gestão Acadêmica	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
REFERÊNCIAS	279

NOTA DA AUTORA

Em dezembro de 2023, fui promovida à cadeira de *Professora Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB*.

Tornar-me Professora Titular da UnB é uma honra, sobretudo porque se trata de uma Universidade Pública inclusiva, plural, democraticamente construída e legitimada a produzir Ciência a partir da problematização da realidade brasileira e de suas contradições, e com projeto de transformá-la. Mais do que isso, desde o idealizado por Darcy Ribeiro, a UnB se faz uma Universidade da sua gente, o povo brasileiro⁽¹⁾.

Para além da realização pessoal e profissional, alcançar tão sonhada titulação significa também contribuir, de forma definitiva, para a abertura de novos caminhos de afirmação e pertencimento de mulheres em meio aos desafios da carreira universitária, sobretudo considerando o fato de que, no ano de 2023, não haviam Professoras Titulares de Direito do Trabalho, na ativa e em exercício, nas Universidades Públicas brasileiras, considerados os 26 estados e o DF.

Da mesma maneira, ao final de 2023 ainda não tínhamos Professoras Titulares no quadro docente da Faculdade de Direito da UnB. *Tornei-me a primeira Professora Titular da Faculdade de Direito da UnB, em seus 61 anos de existência, dado que o Curso de Direito foi inaugurado com a criação da Universidade de Brasília, em 1962.*

(1) RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2022.

A titularidade se concretizou numa dimensão muito maior do que eu poderia imaginar. Sinto-me, portanto, agradecida pela construção acadêmica de uma vida toda.

Neste livro, apresento o resultado dos Memoriais defendidos, perante Comissão Especial Examinadora, como um dos pressupostos obrigatórios para promoção à titularidade docente. O objetivo é, em grande medida, demonstrar como a educação me constitui enquanto pessoa e à forma como me coloco e me projeto no mundo enquanto professora universitária, pesquisadora e escritora. O texto também resgata minha atuação e integração como Professora da Faculdade de Direito da UnB, a partir da estruturação do que reconheço como *práticas da educação orquestrada, na docência do Direito do Trabalho*.

Que esta narrativa te alcance e que seja capaz de refletir a importância da educação como caminho da maior grandeza para uma existência com sentido.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Em 61 anos de existência da Universidade de Brasília, *Gabriela Neves Delgado* tornou-se a *primeira Professora Titular da Faculdade de Direito*. Alcançou o ponto mais alto da carreira docente em dezembro de 2023, 14 anos após haver ingressado na UnB. Não se trata de um feito qualquer. A conquista da especialista em Direito do Trabalho torna o mundo menos masculino e mais humano. E isso é motivo de comemoração para mulheres e homens.

Educação orquestrada: memórias de uma professora universitária, o memorial defendido para ilustrar a brilhante trajetória e que lhe concedeu o almejado título, mostra por inteiro a vida e a obra de Gabriela. Porque em sua trajetória há fusão e indissociabilidade entre o que ela é nas diferentes esferas, entre os espaços públicos e privados. Sua biografia identitária e acadêmica não pode ser decomposta em capítulos separados.

Se a educação precisa ser “orquestrada” em simbiose permanente, a regente Gabriela, nascida em Minas Gerais e brasiliense por adoção, é também ela um conjunto de pessoas e instrumentos. A música, que ela compõe e interpreta com todos os naipes, se faz de ouvido atento às questões contemporâneas que marcam a educação e o ensino superior no Brasil, em busca do equilíbrio entre sonho e realidade. A excelência está na mesma partitura da responsabilidade social. E o indivíduo ético pertence ao coletivo.

Gabriela atuou e atua na docência, na gestão e na pesquisa de modo exemplar. Ocupou cargos de relevância na estrutura da Faculdade de Direito e ofereceu inestimável colaboração ao longo dos anos

para a administração da Universidade e seus Conselhos Superiores. Sabe que a democracia é parte do DNA da UnB e está presente em seu dia a dia. Leva esta convicção aos estudantes que recebe de braços abertos todos os semestres, compreendendo suas diferentes origens, seus diferentes desejos, suas múltiplas vocações.

Conheci a autora em 2009, quando eu era Decana de Ensino de Graduação e ela, Coordenadora de Graduação do Curso de Direito. Nunca mais nos perdemos de vista. A admiração pelo ex-reitor José Geraldo de Souza Junior e seu trabalho de vanguarda no pensamento e nas ações jurídicas é apenas um dos muitos elementos que nos unem.

Não poderia ter sido diferente: li com imenso prazer e orgulho este trabalho. É verdade que atravessei com algumas interrogações as partes duras da teoria jurídica (sou geóloga!). Mas também não é menos sincero o doce vagar com que passei pelos trechos em que a maestrina-doutora nos mostra como suas profundas raízes se transformam em afetos multiplicadores.

Ao final, me senti parte tanto da orquestra como da plateia: toquei flauta e violino para a beleza do texto e aplaudi, entusiasmada, a pedagogia que transforma generosidade em conhecimento e vice-versa.

Felicidade e sorte da UnB, portanto, de ter em seu quadro de docentes a dedicação, o amor e o conhecimento de Gabriela Neves Delgado. Que este memorial se transforme em parte imensa de nossas boas memórias sobre a missão universal da docência universitária – com força e confiança no futuro do país, de fato e de direito por todas e todos que aqui experimentam o viver.

Márcia Abrahão

Reitora da Universidade de Brasília – UnB

PREFÁCIO

Se a Leitora ou o Leitor tiver a sorte de estar vendo uma árvore – ou mesmo se apenas imaginá-la – talvez possa concordar comigo que se trata de uma espécie de milagre.

Um milagre, é certo, tão milagre quanto um beija-flor, ou um arco-íris, ou um rio correndo ou um mar se abrindo, ou tantas outras maravilhas que a Natureza nos deu.

Mas um milagre, de todo modo, com elementos próprios e interessantes.

Na verdade, uma árvore revela ou esconde mil histórias por entre as folhas. E seja ela um jovem jacarandá ou um velho pequiizeiro, certamente poderá nos ajudar a entender um pouco melhor o nosso mundo.

Se, por exemplo, uma árvore pudesse falar, ela saberia nos dizer onde viviam os seus pais ou os seus avós; e por qual razão suas raízes estão fincadas ali, tão longe de seu antigo chão.

Pois as árvores também caminham, graças aos ventos e passarinhos que vão levando as sementes. Aliás, às vezes, até lembram as migrações humanas. É todo um *povo de árvores* que se desloca da planície para a montanha ou para a beira de um rio.

E se uma árvore quisesse nos fazer sonhar, poderia nos contar, talvez, tantos contos de fadas e bruxas, gnomos e anões, gigantes e ogros, príncipes e princesas, crianças e dragões, todos eles lembrados nos belos livros da infância, ou segredados à beira de nossa cama, onde os nossos pais se sentavam para nos ajudar a dormir.

Alguns desses personagens habitavam também o mundo da roça, como a mula-sem-cabeça-soltando-fogo-pela-boca ou as tantas *assombrações* de minha própria meninice; e, num tempo ainda sem rádio e quase sem correio, algumas delas viajavam longe, para terras distantes, cantadas e contadas nas violas dos caboclos.

Outros personagens florestais povoaram o Brasil Colônia, onde os primeiros descobridores – ou, se quisermos, invasores – descreviam seres também sem cabeça, como aquela mula, mas com a boca na barriga; e mulheres nuas, de longos cabelos, e arco e flecha nas mãos, guerreando – invencíveis – nas margens do Solimões.

Mais abaixo, na Patagônia, talvez houvesse terríveis gigantes. E nas batalhas no meio das árvores, não só as cabeças dos indígenas quebravam as lanças dos invasores, como do chão podiam brotar anões fortíssimos e perigosos. E todo esse contingente arbóreo formaria o grande exército do Anticristo, na guerra final com o Cristo, anunciando o Apocalipse.

Em sentido bem diferente, conta-se que era à sombra das árvores que outros povos antigos se reuniam para ouvir as queixas e as iras, as denúncias e os pleitos, julgando os seus semelhantes. Nesses tribunais a um só tempo tão simples e imponentes, as folhas serviam para proteger do caos exterior os juízes e as partes, ritualizando e contendo a violência dos conflitos.

Será por isso, talvez, que até hoje, na África do Sul, a cena que representa a Justiça, no pincel dos artistas, costuma ser a de um grupo de pessoas em volta de uma árvore. E como nos contava, há tempos, um de seus juízes, até o prédio da Corte Suprema, de paredes transparentes, contém madeiras e outros elementos da natureza circunstante.

Já nos sertões do nosso país, é possível que os camponeses mais velhos ainda ensinem aos seus netos que foi uma árvore – o chorão – que escondeu José, Maria e o Menino Jesus dos soldados de Herodes,

tão logo ouviu o alerta desesperado de um bem-te-vi que por ali passava. E por isso tanto o bem-te-vi quanto o chorão são sagrados para eles.

Entre muitos povos indígenas, aliás, a árvore é sempre sagrada. É preciso lhe pedir desculpas antes de ferir o seu tronco, ou agradecê-la ao colher os seus frutos ou as suas folhas. E ela está presente também em muitos nomes de pessoas e tribos, assim como em rituais, totems, adereços e tatuagens.

Até há pouco eu pensava que esses povos amavam a Natureza. Mas eu estava errado. É muito mais do que isso. Eles se sentem *parte* dela, em comunhão permanente. É como se cada pessoa fosse também uma onça, um nhambu, uma nuvem, uma flor, um ribeirão e uma árvore. Destinos que se confundem e se explicam. Histórias entrelaçadas, como nos mostram tantos passes de magia, tantos rituais milenares e tantos desenhos sobre a pele.

E mesmo nós, tão estrangeiros em nossa própria terra, já começamos a perceber essa sintonia, essa conexão. O Universo respira. Somos todos células de um mesmo corpo. Como escreveu alguém, “eu sou um e um outro”.

A própria Ciência nos fornece subsídios para esse novo olhar, ao descobrir, por exemplo, que as árvores se comunicam e se ajudam. Na guerra eterna contra os predadores, elas próprias se avisam, com vários sinais de alarme, usando extensas redes de fungos, que fazem lembrar até a *internet*. E quando uma delas está ferida ou doente, as outras a socorrem, fornecendo nutrientes.

Pois bem.

A essa altura, eu imagino, a Leitora ou o Leitor estará se perguntando: “mas o que tem tudo isso a ver com este livro?”

É simples.

Gabriela é uma árvore.

Como aquelas irmãs suas, ela consegue reunir em volta de si pessoas que buscam apoio, carinho, justiça. E os seus alunos e alunas a enlaçam sempre – como eu próprio já adivinhava, antes mesmo de ouvir contar.

Desse modo, mesmo jovem, é reverenciada. E não só pelas pessoas de seu convívio, mas por tanta gente que só a conhece de longe, por suas obras, que já são tantas. Nesse sentido, todos nós a enlaçamos.

Como uma árvore, ela parece estável, firme, e de fato é; mas também caminha. Procura sempre novos ares, novos saberes. É inquieta – ou desinquieta. E extremamente curiosa. E com isso está sempre aprendendo, inclusive quando ensina.

Também à semelhança de uma árvore, ela é uma espécie de milagre. Como eu lhe disse uma vez – e peço mil perdões pelo estereótipo –, ela reúne a doçura da mulher antiga com a audácia da nova mulher, embora eu não desconheça, é claro, que a nova mulher também sabe ser doce, assim como a mulher antiga viveu grandes coragens.

Ainda como uma árvore, mil e um personagens habitam Gabriela. E alguns deles são aqueles mesmos da nossa infância – gnomos, fadas, duendes – que não só a inspiram em suas histórias infantis, como certamente a ajudam a sonhar com um futuro melhor para as pessoas desfavorecidas.

Tal como o Direito do Trabalho que nós tanto amamos, e defendemos, ela é realidade, mas também utopia. Tem raízes profundas, mas olha para as nuvens. E essa mistura vai fazendo com que, mesmo com a sua juventude, já tenha se tornado uma referência, um exemplo.

É verdade que as árvores têm os seus predadores. Alguns reais, como os homens e as suas motosserras, que fazem lembrar aquelas mulas sem cabeça ou aqueles gigantes terríveis. E não é diferente com Gabriela,

que escreve o que nem todos querem ler ou ouvir, e por isso, certamente, terá os seus adversários explícitos ou ocultos – ainda mais num tempo em que o Direito do Trabalho vem sendo atacado de todos os lados.

Mas também aqui a sua vida se aproxima da realidade das outras árvores.

Quando enfrentam uma tempestade, algumas delas, como o salgueiro, usam o seu corpo delgado para se curvar à fúria do vento; mas em seguida se erguem, tão ou mais fortes do que antes, vencendo assim aquele seu inimigo. Aliás, como certa vez me contaram, foi daí que o sábio Jigoro Kano, um curioso médico japonês, buscou inspiração para criar o judô...

E é como eu vejo agir Gabriela. Vejo-a forte, firme, mas também (no bom sentido) habilmente flexível. Defende os seus ideais, com toda a bravura que tem – e que não é pouca – mas também sabe ouvir o vento, aprendendo os argumentos dele, dialogando com os contrários, e assim se fazendo ainda mais forte do que antes. Em outras palavras, observa cuidadosamente os adversários para então combatê-los melhor.

Mas as árvores, como eu dizia, também se ajudam nas batalhas, e ainda contam, de sobra, com o seu amigo curupira. Na mitologia tupi-guarani, é ele quem desvia a flecha do caçador, avisa os bichos dos perigos e prega peças nos que chegam com um machado na mão. E assim acontece com Gabriela, que conta com um número crescente de companheiros, palavra que vem de *cum panis*, velha expressão romana, indicando o costume de repartir o pão.

E entre esses curupiras eu diria, modestamente, que eu próprio me encontro. Sempre me encantei com a sua inteligência, a sua alma, a sua sensibilidade. E como temos os mesmos sonhos – que são também os de sua família –, procurei sempre estar ao seu lado. Na verdade, até nos tornamos compadres, graças ao seu enorme coração, que me fez padrinho – mesmo tão velho como eu sou – de minha querida Belinha.

Como sabemos, as árvores produzem sementes, e eu até fico imaginando, às vezes, se não será desse tipo a imortalidade que nos espera. E as sementes que Gabriela vai deixando no ar – levadas por seus passarinhos – certamente já estarão gerando novas árvores, cada qual com seus detalhes, sua beleza e o seu destino, mas todas, seguramente, com a marca de sua mãe.

Por fim, eu diria à Leitora e ao Leitor que essas folhas escritas por Gabriela – mais uma vez como as de uma árvore – têm mil histórias para contar.

São histórias que se entrelaçam com ideais, projetos, conceitos, que por sua vez indicam uma certa forma de ver e viver o Direito. E ao mesmo tempo são histórias que explicam e justificam as escolhas que ela fez.

Histórias muitas delas curiosas, instigantes, como tem sido, no geral, a vida de Gabriela. E sempre muito bem escritas. Aliás, a forma de escrever – tal como a foto ou a pintura de uma bela árvore – costuma ser um bom indício do conteúdo.

Eis aqui, portanto, um livro que representa muito mais do que um memorial de cátedra. E que tem a virtude de ser em grande parte autobiográfico, mesmo sem a intenção de ser um autoelogio.

Um livro que não apenas celebra uma conquista inédita – pois Gabriela, como sabem, é a primeira titular da Faculdade de Direito da UnB – mas sobretudo revela uma *pessoa* inédita.

Boa leitura!

Márcio Túlio Viana

Professor no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)

INTRODUÇÃO

SOMOS FEITOS DE HISTÓRIAS

I. Projetar Futuros

O real da vida se faz na *caminhada*. Não há jeito de voltar atrás, sendo o futuro um *tempo em aberto*. Passo a passo, olho para o que ficou e na mesma medida para frente, na vida que se pretende imaginada. Na dimensão do constituído, volto sempre ao *tempo presente*, onde me faço testemunha e protagonista desse lugar de entrega que é a *vida vivida*.

Toda caminhada se faz na *linguagem do tempo*, domínio universal e transcultural do pensamento humano, comumente identificado por “mapeamentos metafóricos”⁽²⁾, sobretudo para reforçar a *dimensão da mudança*, em passagens tipificadas por fluxos e refluxos, acelerações e regressões, nutrições e ativações. Na dinâmica da vida, “cada tempo tem seu substrato e cada substrato temporal inclui em si singularidade e multiplicidade”⁽³⁾.

Caminhar, como um percurso de encontro consigo mesmo, num processo de constituição identitária e do sentido de pertença ao mundo, é uma oportunidade para nos tornarmos fortes, presentes e inteiros, sensíveis à coletividade, aos outros e a nós mesmos⁽⁴⁾. É também via para a construção de memórias individuais, coletivas e geracionais⁽⁵⁾.

(2) ARNHEIM, Rudolf. *Arte y percepción visual*. Buenos Aires: Eudeba, 1962. Em acréscimo, consultar: SINHA, Chris; BERNÁRDEZ, Enrique. Espaço, tempo e espaço-tempo: metáforas, mapas e fusões. Tradução de Wany Bernardete de Araújo Sampaio. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. v. 7, n. 1, jul. 2015, p. 53-54.

(3) DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 35.

(4) Conforme: HOLANDA, Ana. *Como se encontrar na escrita: o caminho para encontrar a escrita afetiva em você*. Rio de Janeiro: Bicicleta Amarela, 2018. p. 45.

(5) DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 9.

Ninguém volta no tempo, já refletia Bartolomeu Campos de Queiroz⁽⁶⁾, mas evocar o passado e reestabelecer contato com histórias, memórias e ancestralidade compõem a travessia. No percurso, vale ainda a tomada de consciência, o propósito de alterar rumos e de se reinventar, se necessário for⁽⁷⁾. Para José Geraldo de Sousa Júnior, essa dinâmica permite o *exercitar da existência*, a escolha dos “caminhos” que se pretende percorrer e do “ponto utópico” que se “quer alcançar pela força do pensamento de sujeito que age para transformar a realidade”⁽⁸⁾.

Entre riscos e possibilidades, nos revitalizamos na caminhada quando amparados pela *esperança*⁽⁹⁾. Para Zeferino Rocha, a esperança, enquanto “princípio fundamental do funcionamento psíquico e da estruturação da subjetividade com a pulsão de vida”, é “um horizonte que se descortina, um apelo que nos convida a caminhar e a ir sempre adiante pelos caminhos da vida”, mesmo que por vias incertas e indefinidas, e quaisquer que sejam as dificuldades existentes⁽¹⁰⁾.

Para se alcançar projetos futuros é preciso viver o tempo presente, dar passos adiante pelo trajeto percorrido. “Por vezes, para que seja

(6) QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Para ler em silêncio*. São Paulo: Moderna, 2007. p. 48.

(7) GROS, Frédéric. “Andar nos ensina a desobedecer”, diz filósofo francês. Entrevista publicada em 19.09.2015. Disponível em: ‘Andar nos ensina a desobedecer’ diz filósofo francês – São Paulo São (saopaulosao.com.br). Acesso em: 27 abr. 2021. Consultar: GROS, Frédéric. *Caminhar, uma filosofia*. Tradução de Lília Ledon da Silva. São Paulo: Editora É Realizações, 2011.

(8) SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. Máscaras no varal: a revolução é preta, feminista e imparável. *Jornal Estado de Direito*. Publicado em 13 de julho de 2022. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/mascaras-no-varal-a-revolucao-e-preta-feminista-e-imparavel/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

(9) Os desafios da travessia, no contexto do enfrentamento da pandemia da Covid-19, foram originalmente apresentados em: DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Mauricio Godinho. *O que nasce com a pandemia?* São Paulo: Editora JusPodivm, 2022. p. 107-113.

(10) ROCHA, Zeferino. Esperança não é esperar, é caminhar: reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, ano X, n. 2, p. 255-273, jun. 2007. Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/revistas/volume10/n2/esperanca_ nao_e_esperar,_e_caminhar.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021. p. 259, 261 e 271; DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Mauricio Godinho. *O que nasce com a pandemia?* Op. cit., p. 108.

possível sustentar, significar e acalentar toda uma existência, também cabe lutar, persistir e resistir. Entrecruzar passos e caminhos”⁽¹¹⁾.

Este movimento do ético-político abre espaço para que o sujeito se faça um “sujeito invocante” em busca da conquista de sua própria voz, capaz de experimentar a vida concreta e o tempo da vida com autonomia e inteireza⁽¹²⁾. Assim, com a tomada de consciência, abre-se espaço para questionamentos que me parecem decisivos: Quanto tempo cabe em uma vida? Quanta vida cabe no tempo? Quem queremos ser?

Na perspectiva pessoal, há de se notar que praticamente metade da minha existência está diretamente vinculada à docência, já que me tornei professora aos 24 anos recém-completos e a conta não é exata. Ainda assim, mesmo que seja possível contabilizar o tempo de trabalho acadêmico, a importância desse período não deve ser medida pela exatidão dos números, mas pelo *valor de realidade* que a docência, por genética e por pertença, internalizou em minha perspectiva de ser e de estar no mundo. Nessa perspectiva, relembro Manoel de Barros ao anunciar em versos:

“Que a importância de uma coisa
não se mede com fita métrica
nem com balanças
nem com barômetros etc.
Que a importância de uma coisa
há que ser medida pelo encantamento
que a coisa produza em nós”⁽¹³⁾

(11) DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Mauricio Godinho. *O que nasce com a pandemia?* Op. cit., p. 108.

(12) Para melhor compreensão do tempo do sujeito que se constitui pelo desejo e pela fala, consultar os estudos em *Psicanálise do Trabalho* de MENDES, Ana Magnólia. *Desejar, falar, trabalhar*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018; VIVÈS, Jean-Michel. A pulsão invocante e os destinos da voz. *Psicanálise & Barroco*. v. 7. n. 1, 2009. p. 1-17.

(13) Trecho do poema “Sobre importâncias”, de Manoel de Barros. Consultar: BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018. p. 43.

Vivencio a passagem do tempo de várias formas na docência. Quando entrei em sala de aula pela primeira vez como professora, tinha praticamente a mesma idade da maioria dos alunos da graduação. Hoje, na linha do tempo, me preparo para o futuro com gerações de alunos com quem tenho uma diferença etária de mais de duas décadas.

Antes, a linguagem docente em sala de aula era praticada com quadro, giz e cadernos debaixo dos braços. Hoje, no correr dos anos, a tecnologia digital, com seus tabletes, celulares, internet e redes sociais, alcançou os estudantes. E há algo de tão desafiador nessa relação marcada pelo instantâneo, sorvida pelos eletrônicos, que inevitavelmente nos situa no tempo da pós-modernidade.

Nas formaturas, como professora paraninfa ou homenageada, experimento a passagem do tempo no ritual solene de colação de grau, cuja simbologia da entrega do diploma concretiza o elo entre o passado e o futuro, entre o que já não é e o que pode vir a ser, e assim aponta para o sentido de eternidade⁽¹⁴⁾.

Ao olhar no espelho, também vejo a passagem do tempo na minha própria formação docente, felizmente situada num percurso de expansão. O fluir do tempo também é materializado nas orientações, em projetos que dizem respeito à vida das pessoas. E há uma grandeza toda especial quando antigos orientandos se tornam professores em universidades públicas e privadas, num processo de perpetuação da caminhada.

No tempo da docência, nasci mãe por duas vezes. *Francisco* e *Isabela* transformaram definitivamente meu ser e estar no mundo. *Com eles inaugurei um novo tempo de vida no tempo presente*. Ser mãe foi ponto de partida para outro recorte da realidade e da percepção de

(14) Marguerite Yourcenar traz bela reflexão sobre a importância dos ritos e das simbologias na vida humana: “Os grandes ritos não fazem mais do que simbolizar os acontecimentos da vida humana, mas o símbolo vai mais longe que o ato, explica cada um dos nossos gestos em termos do mecanismo eterno”. A respeito, consultar: YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*: seguido do caderno de notas das “Memórias de Adriano” e da Nota. Tradução de Martha Calderaro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d. p. 150.

cosmovisão do mundo, o que me mobilizou a avançar nas reflexões críticas interseccionais⁽¹⁵⁾, sobretudo a partir da categoria gênero.

Passou a fazer mais sentido do que nunca o canto de Milton Nascimento, em Maria Maria: “É preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”⁽¹⁶⁾. Os versos de Adélia Prado também me tocaram de outra forma: “Mulher é desdobrável. Eu sou”⁽¹⁷⁾.

Num país que se estabelece aos quatro cantos a partir da estrutura patriarcal de poder, passei a refletir com maior clareza sobre os desafios da carreira universitária, diante de espaços enrijecidos de produção de conhecimento, em grande medida pautados em modelos de ciência masculinos e brancos, até as dificuldades para o alcance de cargos de gestão na Academia pelas mulheres, sobretudo se mães⁽¹⁸⁾.

Clarificar o fato de que gênero é uma categoria estruturante da organização do cuidado e dos encargos familiares foi outro importante ponto de provocação. Tradicionalmente, mulheres e mulheres-mães tendem a assumir, em condição de exclusividade ou em grande medida, trabalhos domésticos e de cuidado, remunerados ou não remunerados, numa estrutura violadora do direito à igualdade como essência, que desvaloriza os trabalhos da esfera reprodutiva, em espaços de intensa e naturalizada exploração. Essa sobrecarga naturalmente impede ou dificulta a contratação, permanência e avanço de mulheres em trabalhos

(15) COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021; AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Coordenação Djamilia Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

(16) Fernando Brant e Milton Nascimento. *Maria, Maria*. Álbum Clube da Esquina 2, 1978.

(17) PRADO, Adélia. *Bagagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

(18) A respeito, consultar: PESSANHA, Vanessa. A docência em instituições privadas de ensino superior no Brasil do século XXI: desafios e perspectivas para a efetivação do direito fundamental ao trabalho digno. In: DELGADO, Gabriela Neves (Coord.). *Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI*. Coleção Trabalho, Constituição e Cidadania. v. II. São Paulo: LTr, 2020; VENCO, Selma. A docência em instituições públicas da educação básica no Brasil do século XXI: precariedade e o caso da função pública. In: DELGADO, Gabriela Neves (Coord.). *Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI*. Coleção Trabalho, Constituição e Cidadania. v. II. São Paulo: LTr, 2020.

produtivos⁽¹⁹⁾. Esses trabalhos também são intensamente atravessados pela questão racial, por serem desenvolvidos quase sempre por mulheres negras. No entanto, só fui capaz de aprofundar a análise racializada do trabalho⁽²⁰⁾ anos depois, com o percurso de pesquisa já consolidado, especialmente a partir do momento em que a UnB, de forma visionária e pioneira, adotou a política de cotas na Universidade.

A longo prazo, passei a melhor refletir sobre as muitas fraturas do real do trabalho e suas candentes particularidades. Ampliei as ferramentas analíticas para melhor inter-relacionar as categorias de classe, raça, gênero, orientação sexual, entre outras, e assim melhor me haver com a complexidade do mundo, na perspectiva do meu campo investigatório.

Muito da minha vida mudou na caminhada, mas, por todo o percurso, a educação permaneceu como acontecimento definitivo, por se eternizar no tempo enquanto *vocação e missão de vida*.

Diante da rica oportunidade de rememorar a própria existência, na vida vivida, tomarei a liberdade de escrever estas memórias na primeira pessoa do singular, utilizando ferramentas da redação autobiográfica. A escolha por esta narrativa naturalmente afastou a composição de um texto de base estritamente jurídico.

(19) DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *O novo manual do trabalho doméstico*. São Paulo, 2016. Em acréscimo, consultar: CALIL, Léa Elisa Silingowschi. *Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática*. São Paulo: LTr, 2007; DELGADO, Gabriela Neves; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Casulos de vidro das trabalhadoras em *home office*. In: *Revista da Faculdade Mineira de Direito*. Dossiê “O desafio do trabalho feminino e sua relação como o Direito: entre o trabalho de cuidado, emocional e de (re) produção”. v. 24, n. 47. Belo Horizonte: 2021; HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 46, p. 151-163, 2016; TEODORO, Maria Cecília Máximo. Quem é a mulher para o Direito do Trabalho? Responsabilidades de cuidados disfarçadas de direitos. In: *Revista LTr*. v. 86, n. 09, set. 2022; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Cuidadoras: a invisibilidade do trabalho de cuidado e o papel do Direito em seu reconhecimento. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; GNATA, Noa Piatã Bassfeld (Org.). *Trabalhos marginais*. São Paulo: LTr, 2013.

(20) A respeito, consultar: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Brasília, p. 223-243, 1984; RIBEIRO, Djamilia. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018; SANTANA, Raquel Leite da Silva. *As cuidadoras na sala de visita: regulamentação jurídica do trabalho de cuidado à luz da trilogia de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

Como ensina Fernando Catroga, “o percurso biográfico aparece, na ordem explícita do recordado, como um itinerário que vai realizando a identidade”, a partir de um “campo de experiência aberto à recordação e às expectativas”, horizonte capaz de revivificar a memória “como herança e como imperativo de transmissão”⁽²¹⁾.

Assim, neste espaço de escrita que se pretende dinâmico, entremeadado por memórias e expectativas futuras⁽²²⁾, procurarei relatar fatos e circunstâncias que moldaram minha identidade e recuperar fragmentos da trajetória pessoal e profissional, em tempos de ensino e formação. O objetivo é, em grande medida, demonstrar como a educação me constitui enquanto pessoa e à forma como me coloco e me projeto no mundo enquanto professora universitária, pesquisadora e escritora. Pretendo, sobretudo, resgatar minha atuação e integração como *Professora de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB*.

Somos feitos de histórias, o que me leva a situar estas memórias sobre o *real da vida*. E “o real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia”, já ensinava Guimarães Rosa⁽²³⁾. Diante disso, meus olhos estarão concentrados no que se constrói na caminhada, nesse lugar de entrega que é a vida vivida.

Em acréscimo, estas memórias são um tributo àqueles que se integraram à minha formação e trajetória docente em espaços de generosa partilha para construir um mundo melhor. A todos, sem exceção, meus sinceros agradecimentos. Para reverberar a homenagem, as pes-

(21) CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. p. 28.

(22) No conjunto, consultar: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003; BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979; COSTA, Cléria Botelho; ALÈSSIO, Nancy. *Contar história, fazer história. História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010; LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

(23) ROSA, Guimarães João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

soas com quem construí vínculo profissional e que foram referenciadas neste texto tiveram seus nomes destacados em *itálico*.

II. Práticas da Educação Orquestrada

Se a educação é mola propulsora em minha vida, acredito que também posso ser ponte para que outros alcancem uma *educação orquestrada*, ainda que minha atuação esteja vinculada, especificamente, à docência no Direito do Trabalho.

E o que acredito ser uma *educação orquestrada*?

Neste texto, parto da alegoria inédita da orquestra para pensar a educação universitária.

Sabe-se que uma orquestra é um grupo musical em que os integrantes que a compõem, com suas habilidades e instrumentos musicais variados (cordas, sopros, metais, percussão, entre outros), se integram a uma via coletiva harmônica de exaltação da musicalidade com toda a sua riqueza de timbres.

O som da orquestra deve “expressar o conjunto da obra musical, executada a partir da concepção criada pelo compositor, observada a interpretação dos executantes, sob o comando do Maestro, para manter a performance da composição”⁽²⁴⁾. Eis a importância do regente em seu papel de condução e coordenação da orquestra⁽²⁵⁾.

(24) FONSECA, Vicente José Malheiros da. *O direito e a música*. Artigo revisto e ampliado, com publicação no site Uruá-Tapera, edição de 25 de março de 2023. p. 15. A respeito, consultar: <https://urutapera.com/o-direito-e-a-musica/>. A versão original consta de artigo datado de 2009. Consultar: FONSECA, Vicente José Malheiros da. *A música e o direito*. *Jornal Uruá-Tapera – Gazeta do Oeste*. Belém-PA, ano XVII, edição n. 168, ago. 2009.

(25) Sobre as funções do maestro enquanto regente de uma orquestra, que incluem a seleção das peças musicais, a preparação dos ensaios, a coordenação dos músicos, a interpretação da partitura e a transmissão de sua visão artística para os músicos, para garantir a execução da peça musical de forma harmônica e coesa, com a melhor performance possível, consultar: BOWDEN, Burt. *The maestro myth: great conductors in pursuit of power*. Oxford: Oxford University Press, 2020; LIÉBERT, Georges. *L’Art du chef d’Orchestre*. Paris: Fayard, 2013; JAMES, Burnett. *Conductors and orchestral leadership: an exploration of conductor-orchestra relationships*. Ashgate, 2012.

Esta dinâmica de comando e coordenação do som orquestral é denominada de *orquestração*, a “arte de distribuir as diferentes partes de uma peça musical, destinada a um conjunto, entre os diversos instrumentos deste conjunto, em função de seus respectivos timbres” ou, ainda, a “arte de organizar uma partitura musical”⁽²⁶⁾.

Orquestrar, portanto, é o ato de combinar, harmonizar, conciliar um coletivo que precisa ser visto a partir do todo, mas que demanda a observação cuidadosa de cada um dos integrantes, em suas particularidades e vocações. É também o ato de investir em timbres e fontes variadas de musicalidade em busca de uma sonoridade harmoniosa e única.

Compreendo que os pressupostos da orquestração seguramente transbordam o campo da musicalidade para alcançar a educação, por meio do que denomino de *práticas da educação orquestrada*. Algumas delas serão aqui registradas, sem que haja qualquer pretensão de esaurimento nesse sentido⁽²⁷⁾.

Do *ponto de vista intersubjetivo*, parece-me que o professor que almeja conduzir sua docência sob as bases de uma educação orquestrada precisa ser capaz de ultrapassar a esfera individual, seus interesses e demandas particulares, para imergir, ética e politicamente, no coletivo, e com pertencimento⁽²⁸⁾.

Ou seja, no momento em que o docente entra em sala de aula pela primeira vez e se apresenta para o grupo de alunos ali constituído, ele

(26) FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 1243.

(27) Vicente José Malheiros da Fonseca, magistrado do trabalho aposentado e músico por tradição familiar e talento, apresenta interessante composição entre a música e o direito, ao identificá-los como “instrumentos de transformação cultural”, “mundos que dialogam, se encontram e complementam, para compreensão da justiça”. Nessa linha, reflete que se o maestro é o regente da orquestra musical, o magistrado é “o regente da orquestra social”. A respeito, consultar: FONSECA, Vicente José Malheiros da. *O direito e a música*. *Op. cit.*, p. 15-16.

(28) DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Mauricio Godinho. *O que nasce com a pandemia?* *Op. cit.*, p. 21.

também se integra a este grupo, numa equação única composta por alunos e professor, sempre com a proposta de multiplicar. Por isso, toda a sua conduta deve se direcionar ao coletivo e partir desse mesmo coletivo para compor o futuro que virá a seu tempo.

Nessa dinâmica, caberá ao professor, com o *estado de presença*⁽²⁹⁾ que é necessário, observar as características e particularidades de cada um que ali se integra ao grupo formado, respeitando as individualidades, histórias de vida, eventuais fragilidades, cargas de leitura e predileções teóricas, para melhor conduzi-los em seu processo de formação. Se não houver este tipo de abertura e disposição genuína para a escuta e o diálogo, o aluno poderá se sentir diminuído e invisibilizado, sem estímulo para se posicionar, duvidar e expressar seus talentos. Afinal, escutar e observar o outro são expressões de cuidado.

O professor também precisa ser capaz de situar seus próprios privilégios e responsabilidades diante das injustiças contra grupos sociais vulneráveis, e agir esclarecido e motivado por esta consciência crítica – reflexão para mim melhor consolidada desde a leitura de alguns dos estudiosos de formação anticolonialista e antirracista do mundo e do Brasil⁽³⁰⁾.

Reconheço e tenho consciência dos meus privilégios enquanto mulher branca que teve a oportunidade de estudar em escolas particulares,

(29) O necessário estado de presença se concretiza na atenção e foco ao momento em curso, mas também agrega a percepção emocional, no sentido da observância do que é “invisível aos olhos”, como tão bem ilustrado na obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint Exupéry. A respeito, consultar: SAINT EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. Traduzido por Carlos Nougué. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023; WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala. A linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. 74. ed. São Paulo. Editora Vozes, 2015.

(30) Para exemplificar: RIBEIRO, Djamilia. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 32-33; RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019; RIBEIRO, Djamilia. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

mas não sou indiferente às desigualdades de gênero, raça, classe, entre tantas outras facetas e interseccionalidades que permeiam um país de profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Por isso, minha entrega de vida, enquanto Professora de Direito do Trabalho, é feita com *responsabilidade social*.

Isso significa que não me permito paralisar ou ficar alheia às injustiças sociais. Enquanto professora, procuro orientar os alunos, com técnica e sensibilidade, para que recebam o instrumental teórico necessário para reconhecer a realidade do mundo do trabalho e das relações de trabalho, sendo capazes de atuar, no campo do Direito do Trabalho, a partir de parâmetros humanistas, inclusivos e democráticos.

Enquanto pesquisadora, sigo firme nos estudos para melhor me inteirar do mundo que nos cerca. Procuro evidências científicas sólidas, com dados confiáveis e precisos, interpreto fontes de pesquisa, aprofundo categorias-chaves do Direito do Trabalho e suas interconexões com decisões judiciais.

Em igual medida, permaneço vigilante no sentido de “questionar a linguagem”, enquanto “repositório de nossos preconceitos, de nossas crenças, de nossos pressupostos”, como bem ensina Chimamanda Ngozi Adichie ao escrever sobre suas reflexões feministas⁽³¹⁾.

Assim, compreendo que minha responsabilidade social também se concretiza na medida em que, como mulher e professora, oriento outras gerações de mulheres que também almejam seguir carreira acadêmica.

O predomínio de uma cultura de influência patriarcal⁽³²⁾ nas instituições impõe uma série de desafios à inserção e preservação das

(31) ADICHE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 35. Consultar, ainda: ADICHE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

(32) TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todos e todes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. p. 26.

mulheres no mercado de trabalho, inclusive nos campos da gestão e pesquisa universitárias. *Solidariedade e sororidade são, portanto, práxis*. Nesse sentido, procuro receber as alunas com gestos de acolhimento e coragem para lhes assegurar um espaço de formação gregário e dialógico por natureza.

Não há dúvidas de que a educação, neste percurso de inclusão efetiva das pessoas e grupamentos vulneráveis em contextos sociais mais abrangentes, mediante exercício dos direitos de cidadania e realização das subjetividades, torna-se *emancipatória*, verdadeiro contributo para a formação de sujeitos potentes, responsáveis e com protagonismo social⁽³³⁾. Viver é lutar.

Do ponto de vista metodológico, compreendo que o professor que pretende se alinhar às práticas da educação orquestrada deve investir em fontes e atividades complementares variadas no processo formativo de seus alunos, oportunizando *caminhos de expansão* que sejam capazes de ultrapassar a simples transferência técnica de conhecimento para imprimir espaços vivos de autonomia, reflexão crítica e criatividade. Por isso é bom exercitar uma certa *originalidade no fazer da sala de aula*, como um espaço vivo e dinâmico, *artesanamente construído*.

É enriquecedor utilizar recursos e metodologias interdisciplinares, para além da tradicional formação teórica sob bases jurídicas, uma vez

(33) Conforme: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Uma pedagogia da emancipação: desafios e perspectivas para o ensino das ciências sociais aplicadas no século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 63. Para uma compreensão aprofundada das bases teóricas sobre educação e emancipação, consultar ainda: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014; FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011; Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. Uma proposta de vinculação da educação emancipatória à educação corporativa pode ser encontrada em: BOTTAMEDI, Ana Lúcia Francisco dos Santos. *Educação: direito do trabalhador? Possibilidade e desafios da educação corporativa na perspectiva do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2017. p. 86. Este livro resultou da dissertação de mestrado da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB, sob minha orientação, em 2016.

que “a interdisciplinaridade é uma postura crítica e reflexiva que se caracteriza pela capacidade de ver as coisas a partir de perspectivas diversas e pela busca de compreensão dos fenômenos de maneira global”⁽³⁴⁾.

Além disso, a *interdisciplinaridade* é via integradora das Ciências e se faz imprescindível no Direito do Trabalho, pois permite o alargamento do campo de visão do intérprete em extensão e profundidade. Por essa via, há espaço franqueado para a recepção de teorias diversas de outros planos epistemológicos, políticos e culturais.

Do *ponto de vista do conteúdo*, compreendo que o professor abrirá caminhos para práticas da educação orquestrada se for capaz de *engrandecer* a análise do objeto de suas intenções reflexivas, desde uma perspectiva analítica, crítica e autocrítica, com ênfase para os fundamentos de base, num percurso teórico que possa, em seguida, ser potencializado e problematizado na prática. Aqui cabe um tempo largo de reflexão, oportunidade para a vivência de uma intelectualidade aberta e dialógica, capaz de superar a fragmentação do conhecimento⁽³⁵⁾.

No percurso, é importante reforçar que modelos hegemônicos de conhecimento, condutores de interpretações da realidade a partir de “esquemas alheios”, são espaços reprodutores de desigualdades sociais e culturais que só contribuem para “tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”⁽³⁶⁾.

(34) FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994. p. 17; THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um elemento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, 13 (39), set./dez. 2008, p. 547. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

(35) A crítica à fragmentação do conhecimento pode ser encontrada em JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 177-194. Em acréscimo, a ideia de que os limites das disciplinas é um entrave para a construção do conhecimento consta em KLEIN, Julie Thompson. *Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity*. Virginia: University Press of Virginia, 1996.

(36) GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. A solidão da América Latina. In: GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Tradução de Eric Nepomuceno. 83. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 10.

É preciso, portanto, levar em conta as epistemologias do sul, para que seja possível abrir e ampliar o campo investigativo desde uma perspectiva contra-hegemônica⁽³⁷⁾. Em acréscimo, cabe resgatar e respeitar as diversas cosmovisões de um Brasil profundo, em suas diferentes temporalidades e culturas.

Em busca de práticas da educação orquestrada, cabe ao professor-orientador estimular o orientando no processo de análise e adensamento do conteúdo pesquisado, acompanhando-o de perto na descoberta de talentos e estilos, contribuindo para que deixe um legado de avanço em sua área de pesquisa.

Assim, compreendo a *educação orquestrada* como o conjunto de práticas educativas formadoras do ser humano, orientadas por um professor-educador que exerça uma liderança humanizadora, sendo capaz de ofertar conteúdo técnico com rigor científico, mas na mesma medida com sensibilidade, para contribuir na formação crítica, consciente e criativa de seus alunos, em espaços abertos, dialógicos e inclusivos por natureza⁽³⁸⁾.

Eis a natureza de significação da docência: cognitiva e afetiva. Por meio dela, professores-educadores seguem firmes e comprometidos com as novas gerações, no futuro que virá a seu tempo. Desse modo, tendem a se tornar maiores do que a própria vida, capazes de inaugurar novos mundos, para si e para o próximo, deixando de herança memórias de fala, forma e conduta.

(37) SANTOS, Boaventura de Souza. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. A ideia de construção do conhecimento a partir de uma “ecologia de saberes”, que leve em conta o saber dos povos periféricos, está presente em: SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: Cortez, 2000; SANTOS, Boaventura de Sousa. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo: Boitempo, 2021.

(38) A definição, ora formulada, toma por ponto de partida as seguintes obras: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Uma pedagogia da emancipação: desafios e perspectivas para o Ensino das ciências sociais aplicadas no século XXI*. Belo Horizonte: Fórum, 2010; FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014; FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011; FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

III. Panorama

Este livro é composto por *quatro capítulos*, estruturalmente vinculados. Algumas das reflexões aqui incorporadas já haviam sido elaboradas e publicadas anteriormente, porém, todas foram adequadas e aperfeiçoadas de modo a se integrarem, organicamente, ao espírito e aos objetivos deste texto.

No *Primeiro Capítulo* (“Dos primeiros anos escolares ao ensino médio”), apresento algumas memórias da infância e da adolescência, a partir dos vínculos familiares e escolares. Família e escola são dois sistemas vivos e dinâmicos, funcionais (ou não), que contribuem indelévelmente para a constituição identitária. Felizmente, tive o privilégio de ser nutrida nessas relações.

Retomar as origens foi também fundamental para lembrar que a docência foi um sonho de infância, vez que “sonhar é um dos maiores atrevimentos humanos, é acordar-se para dentro”⁽³⁹⁾.

No *Segundo Capítulo* (“A formação universitária”), percorro lembranças da graduação em Direito e algumas circunstâncias que me conduziram à pesquisa científica e, posteriormente, à docência no Direito do Trabalho. Também justifico a escolha por balizar a carreira docente a partir de uma formação interdisciplinar, interseccional e não exclusivamente jurídica para estudar o trabalho em seus sentidos filosófico, social e jurídico.

Ao rememorar a formação acadêmica, ainda reflito sobre o mestrado e o doutorado, além de registrar leituras integrantes da minha formação básica e definidoras das predileções teóricas da época. Ainda discorro sobre os pós-doutorados e alguns aspectos de formação complementar.

(39) QUINTANA, Mário. *Apontamentos de história sobrenatural*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

No *Terceiro Capítulo* (“A docência em Minas Gerais”), narro brevemente o inaugurar das trilhas universitárias na minha trajetória profissional em Minas Gerais, nas passagens pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a Faculdade de Direito Milton Campo (FDMC) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

No *Quarto Capítulo* (“A docência na Universidade de Brasília – UnB”), volto os pensamentos para o meu passado recente, desde o concurso público de provas e títulos prestado para a cadeira de Direito do Trabalho da Universidade de Brasília, em 2009, seguida da aprovação e posse na Universidade, ainda naquele ano.

A trajetória docente na UnB foi detalhada com base nos indicadores para promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular, nos termos da Resolução n. 0179/2017 e do Memorando-Circular n. 0002/2023, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, da UnB (CEP/UnB).

Ao esclarecer pontos relevantes do percurso, pretendo demonstrar a fortuna crítica que o ensino, a pesquisa e a extensão me proporcionaram nesta trilha universitária. Na mesma medida, discorrerei sobre as principais atividades de gestão e representação universitária realizadas no período.

Preliminarmente, ainda cabe ressaltar que toda minha trajetória docente na Faculdade de Direito da UnB, enquanto Professora de Direito do Trabalho, foi construída a partir da referência teórica e contextual da *centralidade do ser humano e do sujeito trabalhador*, numa *perspectiva humanista e social* que se faz compromisso ético e direciona caminhos futuros.

Recolocar o trabalho na centralidade da vida humana, como atributo de produção de direitos, valores e sociabilidades, me levou à formulação da *tese do direito fundamental ao trabalho digno*, referência

decisiva para a minha atuação no ensino, na pesquisa e na extensão em Direito do Trabalho, fundamento inarredável de todos meus trabalhos científicos⁽⁴⁰⁾.

Pela tese do direito fundamental ao trabalho digno, defendo a abertura do plexo de proteção jurídica para outras relações de trabalho que não as estritamente assalariadas, numa *perspectiva abrangente e inclusiva de efetivação dos direitos humanos e fundamentais trabalhistas*, o que doravante implicaria na expansão dos contornos do próprio Direito do Trabalho e das telas de proteção social no Brasil hoje.

Por certo, considerando a autofagia do sistema capitalista, qualquer via de proteção social pressupõe a *desmercantilização do trabalho humano*⁽⁴¹⁾. Nesse contexto, “o Direito do Trabalho assume papel de destaque, pois sua direção normativa teleológica é explicitada pela desmercantilização do trabalho nos marcos da sociedade capitalista contemporânea”⁽⁴²⁾.

Ao enfatizar o *atributo de humanidade dos trabalhadores*, a tese do direito fundamental ao trabalho digno os reconhece – não alguns, mas a todos eles –, como *cidadãos*, destinatários de direitos humanos e fundamentais trabalhistas.

(40) A tese do direito fundamental ao trabalho digno será detalhada nos capítulos II e IV deste livro. A respeito, também consultar: DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015; DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. São Paulo: LTr, 2006.

(41) A respeito, consultar: SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho. In: *Revista de Direito do Trabalho (RDT)*, Editora Revista dos Tribunais, ano 34, v. 32, out./dez. 2008, p. 185-205; DELGADO, Gabriela Neves; BORGES, Lara Parreira de Faria. A revisitación do princípio da proteção pelo discurso constitucional trabalhista no Tribunal Superior do Trabalho. In: DELGADO, Gabriela Neves; PIMENTA, José Roberto Freire; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; LOPES, Othon de Azevedo (Coord.) *Direito constitucional do trabalho: princípios e jurisdição constitucional do TST*. São Paulo: LTr, 2015.

(42) DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. O papel da justiça do trabalho no Brasil. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 158.

Também nessa linha, destacam-se as reflexões do Professor Dr. João Leal Amado, no livro *Trabalhar e Amar*, cujo texto serviu de base à lição proferida no âmbito das provas de agregação, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em que reforça a condição primeira de humanidade do trabalhador, condicionante de toda a regulação jurídica:

“Com efeito, o trabalhador não é, apenas, um ser laborioso e produtivo, alguém que se dedica a cumprir escrupulosamente as múltiplas obrigações emergentes do contrato de trabalho, vendendo as suas energias laborais com o fito de obter um determinado rendimento patrimonial; antes e mais do que trabalhador, ele é uma pessoa e um cidadão”⁽⁴³⁾.

Esta é premissa básica na direção teleológica do Direito do Trabalho, entender que “homens e mulheres, no tempo e no local de trabalho, não abandonam a sua qualidade de cidadãos nem se despem dos atributos jurídicos da sua humanidade”, como bem aponta Maria Regina Redinha⁽⁴⁴⁾.

No entanto, mesmo que os referenciais para a afirmação da dignidade da pessoa humana, da cidadania e da inclusão social estejam postos e sedimentados na Constituição brasileira, este é um campo em aberto, de permanente disputa. É que *o constitucionalismo exige afirmação cotidiana*⁽⁴⁵⁾, sobretudo se considerado o campo dos direitos

(43) AMADO, João Leal. *Trabalhar e amar: poderes patronais, relações amorosas e direitos de personalidade dos trabalhadores*. Coimbra: GESTLEGAL, 2019. p. 21.

(44) REDINHA, Maria Regina. Os direitos de personalidade no Código do Trabalho: actualidade e oportunidade da sua inclusão. In: *A Reforma do Código do Trabalho*, CEJ-IGT, Coimbra Editora, 2004. p. 161.

(45) DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Mauricio Godinho. *O que nasce com a pandemia? Op. cit.*, p. 109; DELGADO, Mauricio Godinho. Constituição da República, Estado Democrático de Direito e Direito do Trabalho. In: DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Constituição da República e Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 46-47.

fundamentais trabalhistas, no todo desafiado pela ingerência destrutiva do sistema do “metabolismo antissocial do capital” sobre as relações de trabalho, marcadas por novas formas de exploração, desemprego, informalidade e precarização, conforme ensina Ricardo Antunes⁽⁴⁶⁾.

Na trilha universitária da UnB, *reivindico o Direito Fundamental ao Trabalho Digno como um projeto orgânico de afirmação epistemológica do Direito do Trabalho constitucionalizado*. Para tanto, neste livro, demonstrei o espaço expressivo que a tese ganhou na Faculdade de Direito, ao partilhar a nova bibliografia produzida por uma geração de pesquisadores sob minha orientação no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB, dinâmica que permitiu a expansão do seu conceito originário, de forma direta ou indireta, mas sempre por vias intelectuais compartilhadas. Intitulei este movimento teórico de *direito fundamental ao trabalho digno em dimensões*⁽⁴⁷⁾.

Esta dinâmica seguramente contribuiu para demarcar o espaço do PPGD da UnB como uma sólida referência de pesquisa no campo do *Direito do Trabalho*, sob as bases do constitucionalismo humanista e social.

A tese do direito fundamental ao trabalho digno também serve como guia para as ações de ensino, pesquisa e extensão do *Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania* (UnB/CNPq), em que participo como coordenadora em parceria com o *Professor Dr. Ricardo José Macêdo de Britto Pereira*, grande pesquisador da dignidade humana e dos direitos sociais trabalhistas⁽⁴⁸⁾.

(46) Ricardo Antunes trata do sistema de metabolismo antissocial do capital a que é submetida a classe trabalhadora em seus livros e pesquisas na Sociologia do Trabalho. No livro “Capitalismo Pandêmico”, trata da forma atual desse sistema, que nos exige “reinventar um novo modo de vida”. A respeito: ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

(47) DELGADO, Gabriela Neves. Direito fundamental ao trabalho digno em dimensões: uma revisitação dos seus pressupostos constitutivos. *Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária*. v. 33. n. 407, maio 2023, p. 36-57.

(48) A respeito, consultar: PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto. *Dignidade humana e direitos sociais trabalhistas: caminhos e desafios para a inclusão pelo trabalho*. Belo Horizonte: RTM, 2022;

O *Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania* tem sido nacionalmente reconhecido pela construção coletiva de novas formas de pensar a proteção social trabalhista, protagonizando papel de vanguarda, por ter sido o primeiro Grupo de Pesquisa de Direito do Trabalho do Brasil e o primeiro Grupo de Pesquisa da UnB a ser admitido na condição de *Amicus Curiae* para atuar no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior do Trabalho, exteriorizando seu compromisso de ampliação dos debates jurídicos em torno do Direito do Trabalho constitucionalizado⁽⁴⁹⁾.

Concluído o registro dos últimos anos na trilha universitária da UnB, concluo a redação deste texto sinceramente agradecida pela oportunidade de acenar para o futuro, renovando meu compromisso com a educação pública universitária e a profunda crença nas potencialidades do ser humano.

PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto. Constitucionalismo, democracia e direitos sociais: uma conexão necessária. In: SANTA CRUZ, Felipe; SANTANA, Paulo; SOUTO, João Carlos (Org.). *Constitucionalismo, federalismo e democracia*. São Paulo: Dialética, 2021; PEREIRA, Ricardo José Macêdo de Britto. Os direitos fundamentais nas perspectivas civilista e trabalhista. In: TEPEDINO, Gustavo; MELLO FILHO, Luiz Philippe; FRAZÃO, Ana; DELGADO, Gabriela Neves (Org.). *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

(49) Para informações adicionais sobre o *Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania*, consultar o Capítulo IV deste livro.